

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

ANALISTA DE SAÚDE - ASSISTENTE SOCIAL

CADERNO DE QUESTÕES 21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação de Saúde	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Apreciar o pôr do sol é um autocuidado.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Eu não acredito na transparência do olhar sobre mim ou sobre os outros. O olhar puro e transparente pressupõe uma essência e uma capacidade que eu acredito que não sejamos portadores. Eu não poderia olhar para mim, porque não tenho uma essência e nem sou permanentemente algo. Eu sou uma soma de muitas coisas e posso ter, sobre mim, opiniões muito variadas e distintas.

Uma fábula indiana de que gosto muitíssimo narra que quatro cegos se aproximam de um elefante. O primeiro cego, que nunca tinha visto um elefante, diz, ao apalpar seu abdômen, que ele se parece com uma parede. Outro cego diz que ele se parece com uma corda, ao apalpar sua cauda. O terceiro diz que ele se parece com quatro colunas, ao apalpar suas pernas, e o último cego diz que o elefante se parece com uma espada, ao apalpar o marfim. Todos os quatro têm razão e todos eles deram uma visão parcial do elefante. A verdade não é a soma dos quatro, porque o elefante não é uma parede, corda, colunas e espada: é algo ainda além disso.

Eu não acredito na transparência. Porém, não acredito também que estamos condenados ao olhar opaco. Ao defender que não existe o olhar opaco, quero dizer que não estamos condenados ao narciso permanente de nós mesmos num espelho, como uma velha que pergunta ao espelho se haverá alguém mais bela do que ela, e que só aceita uma resposta ou ameaça quebrar o espelho, caso a resposta não seja aquela.

Eu não acredito na transparência e nem na opacidade do olhar. Eu acredito que o exercício crítico, a filosofia, a psicanálise, a história, a antropologia, a sabedoria, a idade, a experiência, a dor – todas essas coisas podem tornar o meu olhar cada vez mais translúcido.

Cada vez mais eu olho para os outros, mas nunca os verei. Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer. Logo, nunca terei domínio de tudo, por que não sei ainda como é morrer. Como diz Woody Allen: “Não tenho nada contra a morte. Só não gostaria de estar presente.”

KARNAL, Leandro. Por que nunca chegaremos à verdade. In: *Fronteiras do Pensamento*. Site. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/leandro-karnal-por-que-nunca-chegaremos-a-verdade>. Acesso em: 26. nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O texto apresentado desenvolve uma reflexão sobre a impossibilidade de um olhar plenamente transparente sobre si e sobre o outro, recorrendo a reflexões filosóficas, e a narrativas e referências culturais para construir seu ponto de vista. Considerando a tipologia e o gênero textual-discursivo, compreende-se que o texto

- (A) pertence ao gênero ensaio filosófico, caracterizado pela exposição sistemática e logicamente encadeada de conceitos, com estrutura rígida e terminologia técnica própria das ciências humanas, cujo objetivo é apresentar uma tese formal e conclusiva.
- (B) pertence ao gênero crônica reflexiva, pois parte de acontecimentos cotidianos, narrados em tom leve, para construir um comentário subjetivo sobre a percepção humana, mantendo foco na dimensão narrativa mais que no argumento.
- (C) realiza um movimento típico do ensaio contemporâneo: combina reflexão subjetiva, argumentação aberta, referências literárias e filosóficas e liberdade composicional, sem pretensão de sistematicidade, organizando-se mais como exploração de ideias do que como defesa rígida de uma tese.
- (D) configura-se como um artigo de divulgação científica, uma vez que traduz conceitos filosóficos complexos para o grande público, utilizando exemplos e analogias com o intuito central de transmitir conhecimento especializado de maneira acessível.

QUESTÃO 02

No trecho “Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer”, temos um caso de próclise

- (A) obrigatória, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (B) proibida, na medida em que apenas advérbios negativos funcionam como atratores do pronome para próclise.
- (C) facultativa, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (D) canônica, na medida em que os advérbios, quando modificam diretamente o sentido do verbo, são considerados atratores pronominais.

QUESTÃO 03

O texto apresenta uma reflexão sustentada por um percurso argumentativo que discute a impossibilidade de um “olhar transparente” e, ao mesmo tempo, recusa um “olhar opaco”. Para tanto, recorre a múltiplas vozes culturais, filosóficas e literárias. Nesse movimento, o autor articula referências diversas: a fábula indiana dos quatro cegos e o elefante, figuras do imaginário literário universal como Narciso e a “velha que pergunta ao espelho” (a Rainha Má, de Branca de Neve), além de uma citação humorística atribuída a Woody Allen. Considerando esse conjunto, a construção argumentativa do texto se caracteriza por

- (A) o uso de interdiscursividades e intertextualidades explícitas que funcionam como matrizes simbólicas culturalmente compartilhadas, reforçando a ideia de que nenhum sujeito alcança uma compreensão total de si mesmo ou do outro.
- (B) o emprego de referências simbólicas de caráter meramente ilustrativo, que não contribuem de modo significativo para a argumentação, limitando-se a exemplos pontuais sem articulação com discursos culturais consolidados.
- (C) a presença de alusões culturais que compõem enfeites estilísticos com pouca interação com a progressão argumentativa, atuando de maneira independente do eixo conceitual do texto ao não dialogarem com os saberes partilhados.
- (D) a utilização de menções a personagens que são empregadas para caracterizar o estilo figurativo do autor, sem produzir impactos na progressão argumentativa ou no modo como o leitor é levado a compreender a complexidade do olhar e a necessidade da reflexão empática.

RASCUNHO**QUESTÃO 04**

A coesão textual é responsável pela construção da articulação do texto e sua progressão. Há diferentes formas de construir tais processos. O uso de conectores é um caso claro de processo coesivo, o qual pode configurar uma coesão:

- (A) referencial, a qual diz respeito à retomada ou antecipação de elementos do texto por meio de pronomes, advérbios e expressões nominais que estabelecem vínculos de referência interna.
- (B) semântica (ou lexical), a qual se realiza por meio da repetição, substituição lexical, uso de sinônimos, hiperônimos ou termos do mesmo campo semântico, como é o caso dos conectores.
- (C) substitutiva (ou por elipse), uma vez que essa modalidade opera pela omissão ou substituição de elementos já mencionados, permitindo evitar repetições desnecessárias, ao passo que os conectores substituem termos ao articular segmentos textuais.
- (D) sequencial, na medida em que os conectores organizam a progressão temática e a relação lógico-discursiva entre partes do texto — como causa, contraste, consequência, conclusão, adição etc. —, garantindo a continuidade textual.

RASCUNHO

QUESTÃO 05

Leia o texto a seguir.

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.

PRADO, Adélia. Poema "Com licença poética", publicado na obra *Bagagem*, de 1976.

No poema, a voz lírica combina reflexões existenciais com afirmações de ordem social e cultural, articulando-as por meio de escolhas lexicais que produzem efeitos de subjetividade e modalização. Em que medida e de que forma a classificação gramatical das palavras pode produzir efeitos de sentido particulares no texto?

- (A) Nas expressões "cargo muito pesado pra mulher" e "esta espécie ainda envergonhada", os termos "muito" e "ainda" funcionam, respectivamente, como advérbio de intensidade e advérbio temporal, produzindo um efeito de dramaticidade pela imposição social que recai sobre a figura feminina.
- (B) Em "não tão feia que não possa casar", a palavra "tão" é um adjetivo, pois qualifica o substantivo subentendido "eu", funcionando como núcleo de predicação que reforça a autopercepção irônica da voz lírica, que é o eixo semântico central do poema.
- (C) No verso "Mas, o que sinto escrevo", os termos "mas" e "que" pertencem à mesma classe gramatical — conjunções coordenativas —, estabelecendo uma relação de oposição e explicação, respectivamente, entre as orações do período, gerando o efeito subversivo no poema.
- (D) Em "dor não é amargura", os vocábulos "dor" e "amargura" pertencem à classe dos substantivos abstratos, contribuindo para que a oposição semântica ultrapasse o campo meramente fisiológico e revele uma reflexão sobre a experiência humana, típica da poética da autora.

Leia o **Texto 2** para responder às questões **06** e **07**.

Texto 2

O movimento conhecido como cultura do cancelamento, que começou, sim, como uma forma de chamar a atenção para injustiças de todo tipo e proteção ambiental, se tornou uma arma de execração pública e de censura capaz de atingir indistintamente anônimos e famosos, tanto faz.

A cultura do cancelamento é um linchamento virtual e é assim que vou chamá-lo, pois funciona como o conhecido linchamento ou linchagem, que é o assassinato de uma ou mais pessoas cometido por uma multidão com o objetivo de punir um suposto transgressor.

Basta um registro aleatório jogado na internet de um possível ato reprovável ou que contrarie os valores geralmente aceitos como corretos, para que uma pessoa seja marcada permanentemente pelo linchamento virtual [...].

Para muitos não há uma segunda chance. As redes sociais tornaram-se reféns dos excessos irrazoáveis do justicamento do cancelamento.

Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis — como racismo e violência sexual, dentre outros — tornou-se uma ameaça, pronta para destruir reputações a qualquer preço. E isso exige vigilância e um combate jurídico dos excessos na mesma proporção, rapidez e intensidade [...].

WILIANS, Nelson. Linchamento virtual: a cultura do cancelamento. Estúdio Folha, *Folha de São Paulo*, 10. Fev. 2021. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/nelson-wilians/2021/02/linchamento-virtua-a-cultura-do-cancelamento.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

QUESTÃO 06

Considerando o texto apresentado sobre a cultura do cancelamento, qual é o tipo de argumento predominante empregado pelo autor?

- (A) O argumento de autoridade, citando especialistas e instituições credíveis, respaldadas e reconhecidas para validar sua crítica ao fenômeno da cultura do cancelamento.
- (B) O argumento por analogia, já que o texto se sustenta sobretudo em comparações metafóricas que aproximam o cancelamento de outras práticas sociais degradantes.
- (C) O argumento pragmático, mais especificamente o argumento pelo efeito perverso, pois aponta que um movimento inicialmente positivo gerou consequências negativas e indesejadas.
- (D) O argumento causal, demonstrando tecnicamente as causas estruturais e sociais que originaram o cancelamento como prática de punição digital extremamente corrente em dias atuais.

QUESTÃO 07

No trecho “Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis [...] tornou-se uma ameaça”, quais diferentes processos de formação e funcionamento morfológico são relevantes para a interpretação do enunciado?

- (A) Em reprováveis, o sufixo *-vel* indica possibilidade ou capacidade, configurando derivação sufixal que atribui ao adjetivo um valor modal.
- (B) Em intensificar, há um caso de derivação regressiva, pois provém do substantivo “intenso” por perda de morfema, recebendo em seguida a terminação verbal *-ar*.
- (C) Em oprimidos, o sufixo *-ido* funciona como marcador de particípio passado originado de verbo regular terminado em *-ir*, não havendo valor adjetival no contexto.
- (D) Em ameaça, há um caso de derivação sufixal de “ameaçar”, sendo o sufixo *-ça* responsável por transformar o verbo em adjetivo abstrato.

RASCUNHO**QUESTÃO 08**

Em uma análise semântica, afirma-se que enunciados com certos verbos factivos, estruturas clivadas e construções com adjuntos temporais tendem a acionar pressuposições estáveis sob negação e sob formas interrogativas. Considere o enunciado:

Foi Maria que deixou de revisar o relatório novamente.

Com base nos testes pressuposicionais, o enunciado aciona a pressuposição de que

- (A) uma revisão prévia do relatório ocorreu, o que se confirma ao aplicar o teste da negação tanto à forma afirmativa quanto à forma interrogativa.
- (B) o relatório era responsabilidade da Maria, o que se confirma ao aplicar o teste da substituição referencial na forma negativa.
- (C) o relatório existia previamente, o que se confirma ao aplicar o teste da negação e se mantém estável na forma interrogativa.
- (D) o relatório foi revisado anteriormente pela Maria, o que não se confirma ao aplicar o teste de factividade, mas se mantém ao aplicar o teste de clivagem.

RASCUNHO

Leia as Charges 1 e 2 para responder às questões 09 e 10.

Charge 1



Jean Galvão, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 23. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/23/jean-galvao.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

Charge 2



Galvão Bertazzi, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 20. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/20/galvao-bertazzi.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

QUESTÃO 09

As charges fazem referência à COP 30, conferência internacional sobre mudanças climáticas que ocorreu em novembro de 2025, em Belém do Pará, no Brasil. Considerando os recursos verbais e não verbais utilizados, ambas

- (A) criticam a falta de representatividade nos fóruns climáticos internacionais, destacando a ausência de países vulneráveis e populações tradicionais nas tomadas de decisão, o que aponta para as contradições do evento.
- (B) denunciam, por meio de ironia, a incoerência entre o discurso ambiental defendido nas conferências e as práticas reais dos participantes, revelando contradições internas do próprio evento.
- (C) enfatizam que os países ricos buscam superioridade política nas conferências, o que é simbolizado pela posição do personagem árabe no topo do tronco cortado e pela mesa circular dominada por delegações do Norte global.
- (D) apontam que a COP 30 será ineficaz por falhas logísticas e organizacionais, representadas pelo fotógrafo desorientado na primeira charge e pela pilha de papéis descartados na segunda.

QUESTÃO 10

Ao considerarmos o funcionamento do gênero textual-discursivo, isto é, sobre a forma como ele se organiza e empreende sentidos, a charge

- (A) dispensa a ativação de conhecimentos sociopolíticos para sua interpretação, por ser um gênero predominantemente icônico.
- (B) gera efeitos de subversão do sentido por meio de uma ruptura sintática entre texto verbal e não verbal ocasionada pelo humor.
- (C) caracteriza-se por apresentar personagens estáveis e narrativas prolongadas, o que a distingue do cartum.
- (D) depende de um contexto de produção imediato, mobilizando interdiscursos e pressupostos compartilhados para produzir seu efeito crítico.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 12

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

QUESTÃO 13

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

QUESTÃO 14

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

QUESTÃO 16

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá por

- (A) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

QUESTÃO 17

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

QUESTÃO 18

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 19

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

QUESTÃO 20

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

RASCUNHO

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DE SAÚDE

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Considerando a legislação que fundamenta as ações de saúde no Brasil, a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Saúde Suplementar caracteriza-se pela atuação da iniciativa privada na assistência à saúde de forma

- (A) paralela ao SUS, prestando serviços de saúde à população em situações de urgência em saúde pública.
- (B) complementar ao SUS, mediante contratos ou convênios, seguindo as diretrizes do sistema público de saúde.
- (C) cooperativa ao SUS, com atuação conjunta, entre instituições públicas e privadas na execução dos serviços de saúde.
- (D) substitutiva ao SUS, assumindo as funções públicas de assistência à saúde quando houver déficit de recursos públicos.

QUESTÃO 22

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) alcançou avanços importantes no seu desenvolvimento. No entanto, ainda existem dificuldades para superar a fragmentação das ações e serviços de saúde e qualificar a gestão do cuidado. O debate em torno da busca pela integração dessas ações adquiriu nova ênfase a partir do Pacto pela Saúde, firmado em 2006 entre os gestores do SUS, e que se efetiva em três dimensões. Dentre elas, tem-se o Pacto em Defesa do SUS, que se traduz no compromisso com

- (A) as prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.
- (B) o estabelecimento de um espaço regional como lócus de construção e execução das ações pactuadas.
- (C) a consolidação dos fundamentos políticos e princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde.
- (D) os princípios e diretrizes para a descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, programação pactuada e gestão do trabalho e da educação em saúde.

QUESTÃO 23

A conferência de saúde e o conselho de saúde, em cada esfera de governo, são instâncias colegiadas que devem compor a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo

- (A) secretário municipal de saúde.
- (B) secretário estadual de saúde.
- (C) conselho nacional de saúde.
- (D) conselho de saúde.

QUESTÃO 24

Conforme a Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018, as estratégias para organização da vigilância em saúde devem contemplar respostas, de forma oportuna e proporcional, às emergências em saúde pública, com o estabelecimento de plano de resposta, a ser elaborado por cada esfera de gestão, considerando

- (A) a gravidade do evento à saúde e a organização e fluxos da rede de atenção.
- (B) o processo saúde doença e o aporte financeiro para a execução das ações.
- (C) as vulnerabilidades do território e os cenários de risco à saúde.
- (D) os condicionantes e determinantes da saúde e o modelo de atenção.

QUESTÃO 25

De acordo com a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), a área técnica da regulação do acesso à assistência deve ser estabelecida mediante a implantação dos complexos reguladores, formados por unidades operacionais denominadas centrais de regulação. O complexo regulador pode ter abrangência e estrutura pactuadas entre gestores e possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (A) fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde; atuar de forma integrada aos processos autorizativos e estabelecer e executar critérios de classificação de risco.
- (B) garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência e subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde.
- (C) construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência; capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde e subsidiar a programação pactuada e integrada.
- (D) elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; subsidiar o processamento das informações de produção e fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde.

QUESTÃO 26

A rede de atenção à saúde é definida como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, que buscam garantir a integralidade do cuidado, possuem diferentes densidades tecnológicas e são integradas por meio de sistemas de apoio

- (A) tecnológico, financeiro e de educação.
- (B) logístico, tecnológico e de educação.
- (C) financeiro, técnico e de gestão.
- (D) técnico, logístico e de gestão.

QUESTÃO 27

O Humaniza-SUS lança mão de ferramentas e dispositivos para consolidar redes, vínculos e a corresponsabilização entre usuários, Ministério da Saúde, trabalhadores e gestores. Esse programa opera com o princípio da

- (A) indissociabilidade.
- (B) transversalidade.
- (C) regularidade.
- (D) igualdade.

QUESTÃO 28

A atenção básica busca produzir a assistência integral, por meio da promoção da saúde, da prevenção de doenças, do diagnóstico, do tratamento, da reabilitação e da redução de danos que possam comprometer a autonomia das pessoas. Dessa forma, é fundamental o desenvolvimento de ações voltadas para o alcance dessas finalidades fazendo com que os profissionais das equipes de saúde da família, que integram os serviços da atenção básica, realizem de forma integrada às ações que lhes são atribuídas, as ações de vigilância

- (A) epidemiológica.
- (B) ambiental.
- (C) sanitária.
- (D) em saúde.

QUESTÃO 29

As doenças transmissíveis são uma ameaça à saúde dos indivíduos e têm potencial de ameaçar a segurança das populações. Essas são chamadas de endêmicas quando a doença surge em uma

- (A) área geográfica ou grupo populacional e apresenta um padrão de ocorrência relativamente estável com elevada incidência ou prevalência.
- (B) região ampla, em vários países e continentes ao mesmo tempo, com transmissão sustentada e grande distribuição geográfica.
- (C) região ou comunidade com um número de casos em excesso, em relação ao que normalmente seria esperado.
- (D) área geográfica limitada, com o número de casos acima do esperado e em um curto intervalo de tempo.

QUESTÃO 30

Conforme orientação da rede nacional de serviços de verificação de óbito e esclarecimento da causa mortis, os exames necroscópicos deverão ser realizados nas dependências do

- (A) instituto médico-legal e por médico patologista.
- (B) serviço de verificação de óbitos e por médico patologista.
- (C) instituto médico-legal e por profissionais técnicos em necrópsia.
- (D) serviço de verificação de óbitos e por profissionais técnicos em necrópsia.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

À crise do capital e suas transformações societárias, emergentes desde a década de 1970, estão vinculadas mudanças que ocorreram e ocorrem no chamado “mundo do trabalho”. Nesse campo existem reproduções de concepções equivocadas, como as que reafirmam

- (A) a defesa do fim da sociedade do trabalho e do desaparecimento da exploração da força de trabalho vivo.
- (B) o fortalecimento das diversas formas de tecnologias, robóticas e inteligência artificial.
- (C) a exploração da força de trabalho substituível pelas máquinas tecnológicas e robóticas.
- (D) a valorização do trabalho, mediado pelas tecnologias digitais, robóticas e de inteligência artificial.

QUESTÃO 32

A Política de Saúde é um campo de intervenção de diversas áreas profissionais, dentre elas as dos assistentes sociais. Nesse sentido, como em qualquer política social e, em particular, na área da saúde, o Código de Ética do/a Assistente Social, Lei nº 8.662/1993, orienta o/a assistente social a nortear o seu trabalho, em onze (11) princípios fundamentais. Um desses princípios, considerado como central, é:

- (A) a defesa intransigente dos direitos humanos a qualquer cidadão e recusa do arbítrio e do autoritarismo em qualquer situação de injustiça social.
- (B) o posicionamento em favor da equidade e justiça social, do acesso aos bens e aos serviços relativos aos programas e às políticas sociais.
- (C) o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, respeitando a diversidade, a participação de grupos discriminados e a discussão das diferenças.
- (D) o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

QUESTÃO 33

De acordo com o Código de Ética do/a Assistente, Lei nº 8.662/1993, para o exercício do trabalho de assistentes sociais, em qualquer campo de intervenção exige-se que o empregador assegure as condições para resguardar o sigilo profissional, como um direito do/a assistente social na realização de seu trabalho, resguardando os princípios fundamentais defendidos nesse Código de Ética. Qual é a finalidade do sigilo profissional?

- (A) Garantir o direito social da/o usuário.
- (B) Promover atendimento respeitoso, sem exposição vexatória.
- (C) Resguardar o/a usuário/a e o/a profissional no exercício de suas funções.
- (D) Garantir com ética a integridade do atendimento ao usuário.

QUESTÃO 34

Segundo o art. 7º da Lei nº 8.662/1993, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social, no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), qual é a finalidade precípua dos CRESS?

- (A) Elaborar o Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
- (B) Orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão, conforme a Legislação de nº 8.662/1993, e o Código de Ética do/a Assistente Social, em sua respectiva jurisdição.
- (C) Aplicar, quando for preciso, as sanções previstas no Código de Ética Profissional.
- (D) Expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando suas respectivas taxas.

QUESTÃO 35

Segundo a Orientação Normativa nº 3, instituída em 31 de março de 2020, no que se refere à comunicação de óbitos, é vedado ao/à Assistente Social:

- (A) acolher e orientar famílias de doentes terminais no âmbito da unidade de saúde.
- (B) dar suporte socioeconômico e afetivo aos familiares de pacientes que vieram a óbito.
- (C) comunicar o óbito e orientar sobre os direitos sociais do usuário e da família.
- (D) estabelecer contato com a rede socioassistencial para suprir necessidades prementes.

QUESTÃO 36

A universalização do direito à saúde, um dos fundamentos centrais do Sistema Único de Saúde (SUS), consta do Projeto da Reforma Sanitária e tem sido alvo de resistência por parte dos formuladores do projeto privatista da saúde, o que tem levado à substituição de princípios da Reforma Sanitária por outros, a saber:

- (A) valores solidários, coletivos e universais que pautaram as formulações da seguridade social inscrita na Constituição de 1988.
- (B) valores que abarcam e defendem os direitos sociais a quem necessita de atendimento na saúde pública.
- (C) valores que buscam incluir toda a sociedade na rede de saúde pública, independente da dimensão de classe social.
- (D) valores que respeitam a pluralidade e a equidade social em todos os estados do território nacional.

QUESTÃO 37

Dentre os conteúdos abordados no exercício profissional do Serviço Social, encontram-se os direitos sociais que, na Constituição Federal de 1988 são assegurados em três políticas sociais da seguridade social, a saber: a política de saúde, a previdência social e a assistência social, ambas mencionadas na Constituição, mais precisamente em seu

- (A) artigo 6º.
- (B) artigo 7º.
- (C) artigo 194.
- (D) artigo 205.

QUESTÃO 38

Uma das políticas sociais nas quais se insere a atuação de assistente social é a área da Seguridade Social, que integra a política voltada à Pessoa Idosa. Essa política foi regulamentada pela Lei nº 8.842/1994, que institui a Política Nacional do Idoso, posteriormente complementada pelo Estatuto da Pessoa Idosa, conforme a Lei nº 10.741/2003. De acordo com essas legislações, considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a

- (A) oitenta (80) anos.
- (B) setenta (70) anos.
- (C) sessenta e cinco (65) anos.
- (D) sessenta (60) anos.

QUESTÃO 39

Idealizado pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira desde a década de 1970, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e nº 8.142/1990. Conforme disposto em Brasil (2006), o SUS apresenta como finalidade:

- (A) promover atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas as cobranças de taxas.
- (B) reduzir a desigualdade social na assistência à saúde da população, como uma política universal.
- (C) conceder atendimento prioritário a pessoas que não contam com Plano de Saúde privado.
- (D) garantir atendimento domiciliar à população de baixa renda, quando a internação hospitalar for desfavorável.

QUESTÃO 40

A Política Nacional de Assistência Social é regulamentada pela Lei nº 8.742/1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e pela Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão. Essas legislações tratam da

- (A) política de habitação.
- (B) política ambiental.
- (C) política nacional da pessoa idosa.
- (D) política da pessoa com deficiência.

QUESTÃO 41

A Política Nacional de Atenção à Pessoa com Deficiência no âmbito da saúde, conforme os arts. 16 a 23 do Decreto nº 3.298/1999, estabelece as diretrizes da Política Nacional de Saúde voltadas às pessoas com deficiência. Essas diretrizes centram-se

- (A) no acesso universal e integral aos serviços de saúde, na prevenção de deficiências e na inclusão da pessoa com deficiência na rede regular de atendimento.
- (B) na garantia de atendimento da pessoa com deficiência na rede de serviços de saúde em todos os níveis de complexidade.
- (C) na articulação da política de saúde com outros setores, como os da assistência social, da previdência social e da educação.
- (D) no oferecimento de atendimento de qualidade e de tecnologias assistivas à população com deficiência.

QUESTÃO 42

A Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, conforme dispõe no Título III, Cap. I, da Lei nº 11.340, de 2006, da Lei Maria da Penha, das medidas integradas de prevenção, no art. 8º, tem por objetivo

- (A) ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada.
- (B) colher provas que sirvam para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- (C) coibir a violência contra a mulher por meio de ações articuladas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais.
- (D) conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses.

QUESTÃO 43

A Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1, de 1990), no Título VI – Da ordem econômica e social, dispõe sobre

- (A) a articulação da política de saúde com a assistência social, como uma política setorial necessária para oferecer assistência integral ao usuário.
- (B) a educação, a saúde e a família, a criança, o adolescente, a pessoa idosa e o deficiente.
- (C) a assistência à saúde, a previdência social e a assistência social a toda a população que necessitar, residente no âmbito do município de Senador Canedo.
- (D) as orientações e encaminhamentos feitos por usuários junto à rede de saúde, para garantir o atendimento.

QUESTÃO 44

Distintos, o Plano, o Programa e o Projeto, são assim identificados, respectivamente:

- (A) *plano* é um documento que indica um conjunto de projetos sociais; *programa* é um documento mais abrangente e geral; e o *projeto* detalha as ações.
- (B) *plano* indica um documento mais amplo; *projeto* define as particularidades das ações; e o *programa* dispõe sobre o conjunto de propostas a serem desenvolvidas.
- (C) *plano* contempla maior agregação de decisões; *programa* apresenta-se como menos abrangente que o plano; e o *projeto* tem maior detalhamento das operações a serem executadas.
- (D) *plano* detalha ações a serem executadas; *programa* lista os objetivos a serem alcançados; e *projeto* orienta a realização das ações.

QUESTÃO 45

Para que determinada política social seja efetivada, faz-se necessário

- (A) inseri-la na totalidade e dinamicidade da realidade, dada sua função imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito.
- (B) definir o que se pretende atingir com determinado plano, programa e projeto social para não precisar reavaliá-lo.
- (C) tê-la sob o comando de profissionais competentes para desenvolver o plano, o programa, o projeto social e sua avaliação.
- (D) contar com decisão política da/o gestor/a para explicar os processos decisórios do plano, do programa e do projeto social escolhido.

QUESTÃO 46

A luta social pela garantia na inclusão da diversidade social e ações afirmativas nas diversas políticas sociais constitui conquista e reparação histórica por séculos de exclusão e opressões dos negros no Brasil. Nesta direção, as Legislações construídas que perpassam essa temática objetivam

- (A) ampliar oportunidades às pessoas historicamente negligenciadas pela sociedade e pelo Estado.
- (B) garantir a inclusão no mercado de trabalho de pessoas negligenciadas e sem qualificação exigida.
- (C) defender juridicamente pessoas historicamente negligenciadas por sua situação social desfavorecida.
- (D) reduzir a desigualdade social por meio da criação de cotas que garantam a inserção dos negligenciados em todo e qualquer grupo.

QUESTÃO 47

Os artigos de 86 a 93, da Lei nº 8.069, de 1990, estabelecem políticas e entidades de atendimento à Criança e Adolescente. Dentre suas ações propostas, o art. 87 menciona

- (A) a descentralização político-administrativa como meio de assegurar soluções rápidas para o atendimento ao público.
- (B) as políticas voltadas à saúde, à educação e à assistência social, bem como os serviços de prevenção, atendimento médico e psicossocial, orientação e apoio sociofamiliar, além das medidas de proteção e socioeducativas.
- (C) a manutenção das próprias unidades, bem como o planejamento e a execução de programas, em conformidade com as normativas dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.
- (D) a manutenção dos programas de acolhimento institucional e de atendimento de caráter excepcional e de urgência.

QUESTÃO 48

Os espaços ocupacionais nos quais são inseridos os/as assistentes sociais estão repletos de contradições e desafios, a saber:

- (A) ideologias e direções que interferem no trabalho e na produção dos assistentes sociais.
- (B) correlações de forças que perpassam e ampliam o exercício profissional de assistentes sociais.
- (C) projetos divergentes entre as necessidades da classe trabalhadora e as exigências cada vez maiores do capital.
- (D) condições e relações de trabalho prevalentes em tempos de inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e intensificam o trabalho.

QUESTÃO 49

Para o exercício da profissão de Assistente Social, fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos são essenciais na apreensão do trabalho porque

- (A) norteiam e decifram a realidade social que se defronta em qualquer espaço.
- (B) relacionam-se com o processo sócio-histórico da profissão do/da Assistente Social.
- (C) direcionam escolhas entre teorias políticas para melhor desempenho profissional.
- (D) articulam-se com várias teorias sociais, permitindo maior campo de atuação da profissão.

QUESTÃO 50

Para a profissão de Serviço Social, o racismo, o sexismo e o capacitismo são entendidos como sendo

- (A) estruturas próprias do sistema capitalista.
- (B) determinantes que favorecem a reprodução da violência sob todas as formas e em todos os lugares.
- (C) exemplos da negligência no entendimento da questão social.
- (D) expressões da questão social intensificadas pela divisão social de classe e desigualdade estrutural.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o texto a seguir.

Estudos de Rankings (2016), apontam que a realidade brasileira pôs um desafio ao Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), em uma conjuntura de ditadura Militar e exigiu às/os sujeitas/os se pôr na luta coletiva, pelo processo de redemocratização do País. Esse momento teve como indignação da maioria dos movimentos sociais da classe trabalhadora, como pertencentes dessa classe, as/os assistentes sociais, contra as desigualdades aviltantes, por um projeto de sociedade civilizatório, de sociedade inclusiva, solidária, por uma saúde pública com direito social universal. Nesse processo de lutas sociais, publicizado pelo CFESS (2000), a Carta de Maceió, após constantes desafios enfrentados, contra a ofensiva na década de 2000, assistentes sociais reuniram-se no XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, na cidade de Maceió (AL), entre os dias 3 e 6 de setembro, daquele referido ano, representando o conjunto de assistentes sociais e afiançaram publicamente a importância da luta em defesa da Seguridade Social pública no País, reafirmam ainda, a sua concepção de Seguridade Social. Assim, tendo como norte esses dois movimentos de lutas por saúde pública universal, as/os assistentes sociais teve e, tem a sua inserção profissional histórica nas políticas sociais.

RANKINGS, Scimago Institutions. *Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal*. In. Revista Scielo, ensaio saúde debate, jan-mar/2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104-20161080017>.

O Movimento de Assistentes Sociais realizado em Maceió, bem como o movimento da Reforma Sanitária, foram fundamentais na luta pela consolidação da Política Pública de Saúde como um direito universal. Ambos os movimentos contribuíram significativamente para a construção de uma concepção ampliada de saúde. Diante desse contexto, discorra sobre a contribuição do Movimento de Assistentes Sociais nesse processo, bem como sobre a concepção de Política Pública de Saúde defendida por esses movimentos, considerando sua relevância histórica e sua permanência nas lutas contemporâneas.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30